

CUSTO DOS JUROS

Roberto Figueiredo Guimarães

Diretor da ABDIB e ex-Secretário do Tesouro Nacional

Na semana retrasada, escrevi que se o BC tivesse mantido até hoje os juros reais de 9%a.a., como o fez em junho de 2025 quando elevou a Selic a 15%a.a., a taxa nominal já deveria estar em 13,4%a.a., pois a inflação vem caindo desde então.

Alguns leitores perguntaram quanto esse aperto monetário adicional custou aos cofres públicos. Vamos aos cálculos.

Considerando que a conta juros está custando algo em torno de R\$ 1,0 trilhão ao ano (isso mesmo, o que corresponde a 7,91% do PIB), temos que cada ponto percentual da Selic custa cerca de R\$ 67 bilhões por ano. Como a diferença entre 15%a.a. e 13,4%a.a. dá 1,6 ponto percentual, o custo adicional da dívida ficou majorado em R\$ 107,2 bilhões, se considerado um período de 12 meses, ou em R\$ 80,4 bilhões nesses 9 meses.

Esse excesso, considerado em 12 meses, equivale ao dobro do déficit primário do governo central (governo federal + banco central) e a cerca de 7 vezes o valor investido em infraestrutura pelo governo federal em 2025. É injustificável. Se parte dos valores desse juro excedente fosse direcionada para projetos de infraestrutura, teríamos aplicado melhor os recursos públicos, multiplicando renda e emprego e reduzindo o Custo Brasil.

Imagine, ainda, se parte dos R\$ 50 bilhões destinados às emendas parlamentares em 2025, na maioria desvinculados de programas do governo, também fosse destinada à infraestrutura, teríamos acelerado este próspero ciclo de investimentos em infraestrutura que estamos vivenciando na esteira do maior protagonismo do setor privado.

Tudo isso nos remete ao tamanho do déficit público. É preciso deixar de lado o conceito de resultado primário, pois sua magnitude não assusta. O que assusta de verdade é o tamanho do déficit nominal, que atingiu R\$ 1,062 trilhão em 2025, sendo R\$ 1,007 trilhão de juros e apenas R\$ 55,0 bilhões de déficit primário.